

Antônio Carlos Tozzo  
Mendes Pereira

AS FALHAS NO  
ORDENAMENTO  
JURÍDICO PARA  
A PROTEÇÃO DO  
MEIO AMBIENTE  
NA ATIVIDADE  
MINERAL

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

Copyright © 2020 by Antônio Carlos Tozzo Mendes Pereira

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

P436f

Pereira, Antônio Carlos Tozzo Mendes

As falhas no ordenamento jurídico para a proteção  
do meio ambiente na atividade mineral / Antônio Carlos  
Tozzo Mendes Pereira. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.  
192 p. : il. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 143-180.

ISBN 978-65-5510-281-9

1. Direito administrativo. 2. Direito ambiental. 3. Di-  
reito minerário. 4. Mineração. 5. Ordenamento jurídico.  
I. Título.

CDD 344

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	7
<b>Introdução</b> .....	9
<b>1 As falhas decorrentes da ausência de regulamentação das competências legais</b> .....	25
1.1. A falha decorrente da ausência de regulamentação da competência da entidade de controle e outorga de direitos minerários para a fiscalização do controle ambiental.....	26
1.1.1. A fiscalização meramente formal da entidade de controle e outorga de direitos minerários para o controle ambiental.....	29
1.1.2. A ausência de uma efetiva fiscalização da entidade de controle e outorga de direitos minerários para o controle ambiental.....	46
1.2. A falha decorrente da ausência de regulamentação da competência da entidade de controle e outorga de direitos minerários para lavrar autos de interdição e paralisação como instrumentos para colaborar com a fiscalização do controle ambiental .....	61
1.3. A falha decorrente da ausência de utilização de instrumento de cooperação entre a entidade de controle e outorga de títulos minerários e os órgãos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente.....	69
<b>2 As falhas procedimentais entre a outorga de direitos minerários e o licenciamento ambiental</b> .....	75

2.1. A ausência de coordenação entre os procedimentos de outorga de título minerário e de licenciamento ambiental para o início da atividade.....	79
2.1.1. A ausência de coordenação no quadro legislativo atual....	80
2.1.2. A ausência de coordenação nas novas propostas legislativas para um novo procedimento de licenciamento ambiental .....	92
2.2. A ausência de renovação expressa da licença ambiental durante a atividade.....	108
2.3. Falhas na coordenação entre o procedimento de outorga de títulos minerários e o licenciamento ambiental para a etapa de fechamento de minas .....	115
2.3.1. A ausência de legislação que permita a coordenação entre os procedimentos de outorga de títulos minerários e o licenciamento ambiental para a etapa de fechamento de minas.....	116
2.3.2. A ausência de instrumentos para a garantia da etapa de fechamento de mina .....	126
<b>Conclusão .....</b>	<b>139</b>
<b>Referências doutrinárias .....</b>	<b>143</b>
<b>Referências institucionais .....</b>	<b>159</b>
<b>Referências legislativas e jurisprudenciais .....</b>	<b>163</b>
<b>Referências jornalísticas .....</b>	<b>179</b>